

# **ESTATIZAÇÃO DO PUXIRUM: Uso coletivo da terra no Projeto Estadual Agroextrativista Sapucuí- Trombetas, em Oriximiná (PA)**

ESTATIZAÇÃO DO PUXIRUM: Uso coletivo da terra no Projeto Estadual Agroextrativista Sapucuí-  
Trombetas, em Oriximiná (PA)

GT 07- Desarrollo territorial y local: desigualdades y descentralización

Thaís Maria Lutterback Saporetti Azevedo

## **RESUMO**

O objeto do estudo é analisar o modo de vivência e os contornos sociojurídicos do Projeto Estadual Agroextrativista Sapucuí-Trombetas, localizado no município de Oriximiná, no Pará. Os métodos de pesquisa partem de verificação empírica por meio da observação participativa, associada ao caráter descritivo do campo sociológico na medida em que contornem a questão do direito a terra dessas comunidades. A estrutura do texto está disposta a partir dos seguintes eixos principais: as particularidades territoriais dos povos amazônicos, a formação do projeto agroextrativista em estudo e a sociologia dos meios de vida praticados pelos comunitários. Como resultado, aponta-se a tutela para-estatal dos direitos ditos das minorias como estratégia política de solidariedade na noção de uso coletivo no Lago Sapucuí.

Apoio: Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

**PALAVRAS-CHAVES:** Amazônia; populações ribeirinhas; regularização fundiária; projeto agroextrativista; conflitos socioambientais.

## **1. INTRODUÇÃO**

Às margens do Rio Trombetas, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, na cidade de Oriximiná/PA, foi formado o Projeto Estadual Agroextrativista (PEAEX) Sapucuí-Trombetas, local de estudo da pesquisa em tela. Com gestão por meio da Associação das Comunidades da Gleba Trombetas e Gleba Sapucuí (ACOMTAGS), o território é ainda em grande parte coberto de floresta densa e são encontradas áreas com incidência de castanhais nativos e espécies de madeira com valor comercial (itaúba, faveira, samaúma, jatobá, angelim, etc). Nota-se também, em pequena proporção, a presença de campo natural com algumas espécies de arbustos e gramíneas. Possui como confinantes ao sul, o Lago do Sapucuí e o Igarapé Maria Pixi; ao norte, o Rio Trombetas; ao leste, o Rio Trombetas; e ao oeste, o Igarapé Maria Pixi e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (FLONA). Sua extensão é de 67.749, 2768 há (ITERPA, 2010: 01).

O campo de trabalho é fecundo, tendo em vista que as populações tradicionais amazônicas possuem uma forma muito específica de vinculação com o espaço e a territorialidade. Os ribeirinhos são assim identificados por viverem na proximidade das ribeiras dos rios e manterem atividades de subsistência, como a pesca artesanal, extrativismo e os pequenos roçados, práticas em fecundo contato com o meio ambiente que os cercam, água e terra. Trata-se de uma forma de organização social em que o principal meio de transporte é o fluvial, sendo os rios determinantes na vivência dessas comunidades e os períodos de cheia/seca articuladores de suas rotinas de trabalho.

O Projeto Estadual Agroextrativista Sapucuí-Trombetas foi assentado em moldes coletivos, de propriedade comunal, pertencente a um grupo delimitado de comunidades que o integram, com a

coexistência de áreas de uso comum e as denominadas áreas de uso familiar. Nestas últimas, é incorporada a noção de que cada família terá sua área de moradia e trabalho reconhecidos pela comunidade a partir dos limites de respeito. Há um especial interesse no estudo desta forma de se estruturar a territorialidade não baseada em moldes fixos de definição, sem o cerco da taxatividade, mas, em torno da vivência dos próprios comunitários a partir de suas atividades de sustento e trabalho.

No presente trabalho, inspirado na metodologia do crítico literário e sociólogo Antonio Candido na obra *Os Parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 1979: 63), trataremos de uma sociologia dos meios de vida, aproximando-nos das condições de vida dos comunitários, no estudo da cultura e da sociabilidade, conforme prelecionou o autor.

Para traçar os contornos da população abarcada pelo projeto agroextrativista foram realizadas entrevistas com os comunitários. Esta tarefa foi realizada a partir de um núcleo de questões aproximadas ao eixo central do trabalho. O roteiro de entrevista não era fechado e a partir do rumo que a conversa ia tomando, permitia-se o surgimento de novos pontos e mesmo o ajuste do foco central, acabando por se transformar em um diálogo menos formal. Procurava-se utilizar palavras que fossem mais próximas ao repertório lingüístico dos entrevistados, afastando-se, por vezes, de perguntas formalmente formuladas.

Os pontos centrais destas conversas tocaram a trajetória de vida das pessoas, a participação no sindicato rural, a formação da ACOMTAGS, a titulação das terras e a idéia de coletividade, recursos e usos comuns, a convivência com a propriedade particular, os meios de subsistência, os problemas enfrentados, as formas de solidariedade e ajuda mútua.

Nesta parte, é importante destacar o fato de que sendo esta uma pesquisa de mestrado, com uma duração de aproximadamente dois anos, percebeu-se a necessidade de mais tempo e convívio para se alcançar uma maior maturação das informações.

No total, foram feitas quatro viagens a Oriximiná: a primeira em abril de 2010; a segunda em dezembro de 2010; a terceira em julho de 2011; a quarta em janeiro de 2012. Em verdade, o interesse pelo objeto de pesquisa partiu desse primeiro contato. Não foi possível, ao longo da pesquisa, um perfeito distanciamento objeto-pesquisador, se é que isso é possível. A observação participativa permeia toda este trabalho e procurei traçar um paralelo entre a teoria e prática de pesquisa (ANGUERA, 1989: 61). Mas, por vezes, adotei inclusive uma postura atuante, na medida em que auxiliei na confecção do Regimento Interno do Conselho Diretor do Plano de Utilização das comunidades, redigindo o documento para a associação.

Durante o trabalho de campo, fiquei hospedada na casa dos moradores para o desenvolvimento da pesquisa e vivi um pouco de suas vidas. Participei do dia-a-dia das famílias para entender essa realidade que se distanciava das práticas as quais estava acostumada. E a partir disto, senti-me inserida de certo modo neste universo.

## **2. ASPECTOS DA TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA**

O território pode ser visualizado como um campo de forças em que temos obras e relações sociais historicamente realizadas. Por isso, seria uma construção do espaço, a partir das interações políticas, econômicas e culturais. “Os territórios são produzidos espacio-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas” (SAQUET, 2011: 27). Seria, então, este conceito revestido de diversos traços de imaterialidade (no resultado-produto e na condição-devir).

A noção de “território” para as populações tradicionais, com uma relação umbilical entre a natureza e seus modos de vivência, possui singularidades que devem ser percebidas. Trata-se de um complexo processo de territorialização, em que a própria noção de identidade está de certa forma associada ao rompimento de sua noção estanque, pois, “o sentido coletivo destas autodefinições

emergentes impôs uma noção de identidade à qual correspondem territorialidades específicas, cujas fronteiras estão sendo socialmente construídas e nem sempre coincidem com as áreas oficialmente definidas como reservadas” (ALMEIDA, 2004: 45), conforme se assinala a seguir:

Às identidades peculiares (seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas) correspondem territorialidades específicas. Tais territorialidades, não equivalem exatamente às manchas de incidências de espécies cartografadas no zonamento ecológico-econômico (ALMEIDA, 2004: 45)

No caso dos ribeirinhos da presente pesquisa, também dos caboclos ribeirinhos do Amazonas/Solimões denominados por Witkoski de camponeses amazônicos, essas populações articulam-se explorando em suas práticas cotidianas uma multiplicidade de *habitats*: a terra, a floresta e a água.

É uma dinâmica de atuação englobando três categorias que são próprias dessas populações, sofrendo ingerências recíprocas a partir de determinados ciclos naturais. Os ribeirinhos lidam todos os anos com os fenômenos das cheias e das vazantes, que transformam as áreas de terra firme e floresta em áreas de água, aumentando as dimensões dos lagos que cercam seu território; bem como, transformam as áreas de água, em terra firme, com a diminuição do nível das águas. Estabeleceram uma dinâmica de vida que foi tecida na combinação das diferentes partes do ecossistema amazônico, com a agricultura, o extrativismo e a pesca, são produtores polivalentes (ALMEIDA, 2004: 155).

Por tudo isso, percebe-se um ordenamento espacial diferenciado para os chamados povos amazônicos. Na dinâmica de organização tradicional, os recursos explorados por uma unidade familiar não ficam restritos espacialmente a esta área, podendo sobrepor-se, por vezes, às vizinhas. Isso deve ser traduzido na fórmula de que os rígidos limites de uso e propriedade, individuais, não correspondem a esta realidade (CUNHA, 2011: 14).

Como assinala Allegretti, o próprio conceito de propriedade e a medida em hectares só apareceram na Amazônia com a instituição do modelo das fazendas que, normalmente, traz sérios riscos ao ecossistema amazônico (ALLEGRETTI, 1994: 25). Isto porque vem acompanhado do desmatamento para introdução de novas práticas na região (agricultura e pecuária).

Ao remover a floresta, elimina-se o elo fundamental que sustenta o solo. Sem a floresta, o solo rapidamente se desertifica. Hoje, mais do que nunca, sabe-se que a defesa da floresta é o pressuposto indispensável para a manutenção da biodiversidade amazônica. Qualquer forma de exploração humana que não leve em consideração essa variável está provavelmente condenada ao malogro. (WITKOSKI, 2010: 21)

Romper a articulação entre terra, floresta e água na Amazônia é desequilibrar uma lógica própria que a sustenta. As populações tradicionais há muito adotam suas práticas mantendo este equilíbrio. Este seria o mérito do conhecimento tradicional na descoberta das riquezas da Amazônia (econômica, cultural e ecológica) – vasta experiência na conservação da biodiversidade. Entretanto, a concepção desenvolvimentista implementada na região, privilegiando a idéia de uma produtividade imediata (criação de gado, extração não manejada de madeira, extrativismo mineral, etc) traz grande prejuízo ao meio ambiente. A conservação da “floresta em pé” tem um valor inestimável que deve ser percebido e resguardado, tendo em conta a rica biosociodiversidade nesta região encontrada. Neste

contexto, fundamental é prestigiar o conhecimento dos “povos tradicionais”, que podem nos ensinar a valorizar as reservas vivas da Amazônia.

### 3. A FORMAÇÃO DO PEAX SAPUCUÁ TROMBETAS

Os grupos sociais têm se organizado para a defesa de seus territórios, por meio da utilização de modalidades diversas de ocupação dos espaços, desde o estabelecimento de lagos de uso comunitário na Amazônia até as reservas extrativistas (DIEGUES, 2001: 10).

A emergência dessas categorias (índios, seringueiros, castanheiros, pescadores, extratores de arumã e quilombolas), na visão do autor, trouxe a complexidade de elementos identitários para o campo de significação da questão ambiental. Isto representa uma ruptura com a “atitude colonialista homogeneizante”, que ao longo do tempo histórico foi responsável por eliminar/apagar as diferenças étnicas e a diversidade cultural. Essas populações apresentariam uma “existência coletiva” e comum, marcada pelo processo de construção de identidades.

A colonização das terras no entorno do Lago Sapucuá não é recente. Em algumas áreas, a narrativa dos moradores mais velhos revelam a migração a uma ou duas gerações (pais e avôs). Interessante perceber que a projeção disso revela o período de ocupação da Amazônia coincidente com grandes deslocamentos de trabalhadores para os seringais e a produção de borracha. Todavia, a produção da borracha na região de Oriximiná não foi muito expressiva, consistindo em práticas isoladas de alguns núcleos. A fala direciona as atividades destes “pioneiros” em atividades ligadas ao extrativismo (borracha e castanha) e alguns serviram de mão de obra para fazendas na região que hoje não mais subsistem na mesma envergadura. A combinação da agricultura com o extrativismo (agroextrativismo) dentro da floresta começou a dar ensejo a um maior enraizamento dessas populações no interior da floresta (GONÇALVES, 2005: 37). Nas palavras de um morador do PEAX:

Eu moro aqui desde de 67 anos, desde 1943 eu to aqui. Essas serra que a mineração jogou abaixo, eu sei contá, eu morei muito além dela, muito pra trás. Eu vou contá uma historia pra vocês, que o gavião real ia me comendo numa tarde, foi por pouco mas eu to aqui. E o meu pai era seringueiro, trabalhava com a borracha e nós morava lá pra trás. Eu trabalhava com seringa com meu pai, desde a idade dos oito, dez anos. Eu me lembro de tudo, tudo, tudo, tenho a cabeça muito boa. O caboclo me disse ‘Você conhece o Mucura?’. É um ponto que tem ali pra trás. Eu disse: ‘Olha meu amigo, eu só não sei lhe dizer quantos toco tem nesse igarapé porque eu ainda não contei’. Então, dizendo que eu conheço bem ficou tudo nos conformes, mais ou menos resolvido. (...) Eu sou cearense, meu pai era cearense, sou evangélico, sou cantor. Eu to nessa idade de 60, mas, com essa cara de uns 80 de tanto trabalhá, eu trabalhei muito nessa vida. (Seu Raimundo, morador do PEAX Sapucuá Trombetas, liderança comunitária, membro do Conselho Diretor do Plano de Utilização dos recursos agroextrativistas da ACOMTAGS)

Grande parte do contingente dessa área veio do Nordeste, em busca de melhores condições de vida e em busca do seu próprio “chão”. Muitos desses migrantes saíram do Ceará, Piauí, Maranhão e de outros estados, como revela a fala acima.

Seria uma espécie de “migração fugida”, que se atribui aos “nordestinos que procuram se livrar da seca ou deixam seus lugares devido à absoluta falta de meios para sobreviver” (TEIXEIRA, 1999: 196) – “é uma gente que deixou suas casas apenas com alguns objetos: uma enxada, um

machado, uma garrafa d'água, uma ou duas panelas, uma sacola para carregar, agasalhos e em algum meio de transporte se dirige ao destino” (THIÉBLLOT, 1977: 76).

Outros moradores não conseguem precisar o fenômeno migratório e afirmam que as suas famílias sempre habitaram a região, o que nos remonta a uma vivência muito mais antiga. Reconhecem-se como descendentes de índios e quilombolas - em sua visão aqueles que mais ancestralmente ocupavam a área. Os traços de alguns comunitários revelam essa mistura, marca da miscigenação do povo amazonense.

Com base nas informações trazidas pelo relatório técnico da Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário, da Secretaria do Estado de Agricultura do Pará, temos que a migração para a área realizada pelas gerações anteriores não mais subsiste. Hoje, a população que abarca o projeto agroextrativista é já composta por moradores das comunidades com origem local. A maioria sobrepujante dos “chefes de família” tem origem de nascimento no município de Oriximiná, em um percentual de 91,61%. É irrisório o número dos nascidos em outros Estados.

Temos, assim, que os comunitários são hoje os “antigos posseiros”, formados pelos povos marginalizados e despossuídos ao longo dos tempos, alguns provenientes de fases anteriores de penetração na região como:

extrativismo florestal, garimpagem, agropecuária e povos originários culturalizados. São formados por caboclos que cultivam o solo de forma mais arcaica, produzindo quase na totalidade para a subsistência familiar. Contudo, “carregam o sonho de vida melhor e buscam a dignidade para si e seus familiares na utilização da terra. Neste propósito, são crentes de poder conquistar, por suas forças, o ‘mel’ prometido, e este pode ser apenas uma promessa, mas a esperança existe (PICOLI, 2006: 84).”

#### 4. SOCIOLOGIA DOS MEIOS DE VIDA

A cerca traz o limite do que era, inicialmente, visto de maneira comum ou, dito de maneira mais precisa, não pertencente a ninguém. E o que não é próprio de alguém, possui por natureza, a potencialidade de ser apropriado por qualquer um. As acentuações do processo de sedentarismo e de apropriação de tecnologias capazes de atomizar as práticas de sobrevivência dos indivíduos trazem para a humanidade aspectos que se difundem em esfera planetária, ligados à noção de propriedade privada.

Determinados conceitos foram arraigados no seio das sociedades capitalistas e tidos como naturais, a propriedade privada, individual, limitada, exclusiva, plena e absoluta vem no bojo deste quadro. Na idade mais tenra, os sujeitos começam a ser imbuídos destas noções, utilizando pronomes possessivos para atribuir o que lhe é próprio, tornando-se egoístas na propriedade de seus objetos.

É um problema maior do que a exterioridade dos conceitos jurídicos que envolvem os direitos reais, porque partem da internalidade apropriada aos indivíduos, que irá se traduzir na maneira de enxergar o mundo. Ao internalizar estes conceitos, não se vê mais do que um palmo à frente: é a miopia de um sistema que “reorganiza” o ecossistema e absolutiza a dominação predatória da natureza.

Nesse sentido, diante das questões colocadas pelo PEAEX Sapucaá-Trombetas, algumas questões pertinentes merecem ser alinhavadas. Como se estrutura o direito a terra para as chamadas “populações tradicionais”? É possível coletivizá-lo? Como se dá a organização dos comunitários para tanto? Quais os modos de vivência de uma comunidade assentada em moldes coletivos? Como se operam as práticas de trabalho nesta terra? Quais as dimensões de territorialidade que essas comunidades concebem?

Os limites das áreas de uso familiar, como dito, não obedecem a um critério rígido de demarcação. Na maior parte das vezes, quando os têm, os comunitários seguem limites naturais, como o tronco de uma árvore, uma estaca, um curso d'água, entre outros.

Isso aponta, de certa maneira, para “uma forma de conceber o espaço e interagir com os recursos naturais de modo completamente distinto daquele utilizado pelas sociedades estruturadas na

lógica da propriedade” (ALLEGRETTI, 1994: 17). E são consideradas áreas de uso comum os rios, lagos, igarapés, praias, barrancos, caminhos centrais e áreas de florestas comunitárias, nestas todos os comunitários são responsáveis em zelar pela sua preservação. As demais podem estar sujeitas à apropriação para o uso familiar.

Na realização das entrevistas com o intuito de estruturar a moldura das práticas das comunidades da ACOMTAGS, falas preciosas são direcionadas para explicar como se dá esta lógica de marcação dos limites. Os comunitários destacam que os limites há muito foram postos e vem “de pai para filho”.

São respeitado, vamo dizer, eu não tenho a cerca, mas, tenho uma direção. Se eu tombo um pouco pra cá, eu mesmo tenho que me avaliá. Eu ali com meu vizinho, acostumante, a gente fez um pico, ‘bora lá nós dois e a direção é essa aqui’. A gente fez um picozinho numa direção que nós achava que não ia se perder, aí bom, resolveu. Até os antigos, quando eles morreram, eles já largaram cá pra nós os marcos, toco marcado, aí a gente já sabe, o extremo com meu companheiro... (Comunitário não identificado em reunião na comunidade Boa Nova, morador do PEAX Sapucúá Trombetas)

Nós sabe assim, pelo um cálculo. Tem uns terrenos que tem pico, mas, tem outros que não tem e a gente calcula. Nós até conversa. Se eu for fazê um roçado eu digo: “Olha, eu vô fazê um roçado ali, não tem um pico”. É a terra legal. E nessa parte tem melhorado, por que o coletivo é consciente nessa parte, de num mexê, nem entra na área do outro. Nós somo respeitoso, nisso. Só o que tá desobedecendo é a parte individual. (Seu Eduardo, morador do PEAX Sapucúá Trombetas, liderança comunitária, membro do Conselho Diretor do Plano de Utilização dos recursos agroextrativistas da ACOMTAGS)

É colocado como uma questão de respeito não interferir no espaço do outro, aproximando-se de aspectos da moral e dos bons costumes. Para a confecção de novos limites, os vizinhos devem ajustar entre si a demarcação do território.

Como quase todos as casas situam-se bem a beira dos cursos d’água, a exigência de distância destas margens leva à necessidade de se ampliar as áreas de uso familiar e, por vezes, de realizar desmatamentos neste território, o que representa um problema. E em virtude de uma cerca mal feita ou que se rompe, permitindo que os bichos adentrem a área do vizinho, prejudicando o roçado, pode haver estranhamentos e divergências.

Os comunitários visam aplicar uma justiça mais “social” do que legal, e assim acabam por descartar o formalismo, “visam menos à aplicação estrita do direito do que a restauração da paz social e a adesão das partes ao solucionamento do litígio, consideram o conflito mais como uma doença para curar do que um mal para reprimir” (ALLEGRETTI, 1994: 131). Neste via, as tensões refletem os impasses e os pontos contraditórios na própria configuração do espaço e os problemas gerados pela vivência comum – definição de áreas, roçados, apontamento de lideranças, falta de consenso, entre outros.

À territorialidade corresponde espaço vivido, isto é, criado pelas pessoas, com base nas relações sociais de alteridade e exterioridade cotidianas (RAFFESTIN, 1997 : 123-124). O intercâmbio de visitas é comum entre os comunitários e as relações de compadrio constituem prática rotineira entre os vizinhos. A vizinhança tem forte laço de vinculação entre os seus membros e isto é muito mais evidente dentro da própria comunidade. As pessoas se reúnem no fim de tarde ou nos fins de semana, sendo o baralho e o dominó práticas comuns de interação nas varandas das casas.

Jogos simples e corriqueiros que revelam o cotidiano de um modo de vida afeito à tranquilidade, ao ritmo lento e pacato da vida. Na visão de Witkoski, são essas “coisas simples que possibilitam a humanização das relações e resultam na reprodução de uma nova vida não só econômica, mas social e cultural (vida, sempre em sua dimensão mais ampla)” (WITKOSKI, 2010: 19).

Como antes dito, a ACOMTAGS é formada por inúmeras comunidades e cada um desses núcleos possui certa particularidade e singularidade. A noção de pertencimento do comunitário, assim, é maior em relação à própria comunidade que ocupa. Contudo, há eventos intercomunais como as rezas, jogos de futebol e reuniões da associação.

A marca histórica das populações tradicionais em sua vinculação com a terra, denota os aspectos de solidariedade na “vida comum”. As diferentes formas de ajuda mútua são fatores determinantes na criação de formas de uma sociabilidade intracomunal, importante fator de fortalecimento de uma “vida coletiva” nas comunidades ribeirinhas do Lago Sapucaá. Os depoimentos reforçam:

Hoje a gente tem uma tradição que eu acho bacana, legal nas comunidades: puxiruns... É assim: eu ajudo você, você me ajuda e o grupo é unido. Nesse sentido, tá tudo bem... (Seu Domingos, morador do PEAEX Sapucaá Trombetas, liderança comunitária e membro do Conselho Diretor do Plano de Utilização dos recursos agroextrativistas da ACOMTAGS)

Nós tivemos esse costume, esse foi o nosso costume cultural, é viver juntos. O que um pega de comida divide com os outros, vive em vilarejo. A nossa característica é quilombola e indígena, como eles vivem ainda hoje. Eu mesmo sou filho de quilombola, com índio, é uma mistura, né?! Eu sou mestiço, a gente pode dizer assim, de negro e índio. (...) A convivência das pessoas ainda é totalmente de forma coletiva. As pessoas se reúnem para trabalhar, para fazer puxirum, que também é chamado de mutirão, os adjutórios. Você vai e me ajuda, eu vou e te ajudo. Você me paga com o seu adjutório. Você faz o convite na comunidade, ampla: ‘Olha eu tenho um puxirum, eu tenho um mutirão pra fazer a casa do fuluno, pra cobrir.’ Isso ainda existe no nosso assentamento. Essas características de coletividade, nós ainda fazemos, você faz comemorações em que todo mundo coopera, não precisa tá aí comprando. O pessoal coopera com uma farinha, uma galinha, um porco, é isso, e aí a gente faz e nós lutamos para fazer ainda, pra continuar isso. (Emerson Carvalho, liderança comunitária e presidente da ACOMTAGS)

Como de costume, a gente faz o puxirum, de roçado, e as pessoas a gente fica trocando. Cada vez o roçado de um, a gente fica trocando e todo mundo trabalha. Não é dinheiro, eu vou no seu puxirum hoje e aí quando for amanhã, é o meu e você vai me ajudar. Até aqui está funcionando bem. (Seu Eduardo, morador do Castanhal, liderança comunitária, membro do Conselho Diretor do Plano de Utilização dos recursos agroextrativistas da ACOMTAGS)

Normalmente, a força de trabalho nestas localidades é formada pelas unidades familiares<sup>1</sup>, em que todos os membros das famílias, desde a mais tenra idade, possuem contribuição nas

---

<sup>1</sup> Neste sentido, vale ressaltar que “a mão-de-obra familiar, ao longo do campesinato na Amazônia, tem sido uma categoria chave para a sustentabilidade dos grupos domésticos e para a geração de emprego e renda no meio rural”. Em consequência,

atividades produtivas. Assim, tais práticas reforçam os traços de solidariedade entre as unidades de produção familiar, o que ultrapassa os limites da força de trabalho de cada uma delas, considerada isoladamente. Mesmo as famílias mais numerosas, comuns em várias casas e portadoras de uma quantidade significativa de membros em sua estrutura, necessitam recorrer a atividades de ajuda mútua – mutirão, troca de dia, parceria, meia etc. Franco aponta que as “relações de contraprestação” se estendem a todas as áreas da vida social nas comunidades pequenas, o que reflete o amálgama do trabalho nas modalidades de ajustamento e adaptação encontradas pelos grupos sociais (FRANCO, 1997: 23).

No projeto agroextrativista, as práticas coletivas, como o puxirum e o adjutório, ainda permanecem. Entretanto, segundo os comunitários, tais atividades tem diminuído ao longo do tempo. A causa desta suposta perda cultural diz respeito à eficaz inserção de práticas capitalistas no campo, o que é corroborado pela visão do autor Clóvis Caldeira no sentido de que “a renda agrícola passa a ser calculada em termos de dinheiro, enquanto o tradicional espírito de solidariedade entre vizinhos tende a desaparecer” (CALDEIRA, 1956: 153). Os moradores confirmam:

É claro que hoje, por conta do capitalismo, é o capitalismo que fez isso com as pessoas. Eu vou perder tempo ajudando o fulano se eu posso ir ali ganhar um dinheiro? Como se ele não ganhasse nada indo ajudar a pessoa. Ficou muito essa questão do capitalismo, que emperrou praticamente o nosso país. O Brasil foi para esse lado também, que não era um sonho nosso. (Emerson Carvalho, liderança comunitária e presidente da ACOMTAGS)

Do início pra hoje, tá se perdendo porque tem gente que não quer saber. Já paga alguém, não convida mais. Mas, ainda tem isso com alguns companheiros, que é feito assim, coletivo. Antes nós falava muito em mutirão, mas, não se fala mais. Aí vem o dinheiro... Isso é devido a turma nova que vem aí com outro pensamento. A gente antes trabalha nos primero mutirão, nos grupo de trabalho, de uma forma que pedia um poquinho pra cada um levá, aí todo mundo levava. O dono do trabalho não ia ter custo. Hoje, não tem aquela pessoa pra direcioná, pra coordená aquele grupo, pra dizê hoje nós faz o trabalho do fulano. A pessoa certa pra coordena o grupo. As pessoas que faz hoje, avalia a despesa, o gasto. (Comunitário não identificado em reunião na comunidade Boa Nova, morador do PEAEX Sapucúá Trombetas)

De primeiro a gente fazia o puxirum de segunda a sábado, primeiro fazia o de um, depois, do outro e do outro. A senhora me ajudava hoje e depois eu ajudava. Agora não pode fazer, porque eles querem o pagamento. (Seu Domingos, morador do PEAX Sapucúá Trombetas, liderança comunitária, membro do Conselho Diretor do Plano de Utilização dos recursos agroextrativistas da ACOMTAGS)

Depois que chegou o fazendeiro pra pagá diária, o povo qué trabalhá só se for através de diária. (Seu Pedro Lopes, morador do PEAEX Sapucúá Trombetas, liderança comunitária, conselheiro da FLONA e membro do Conselho Diretor do Plano de Utilização dos recursos agroextrativistas da ACOMTAGS)

---

teríamos que a degradação desta estrutura tem comprometido processos e implicado em conflitos de permanência nas áreas pesqueiras e agrícolas, conforme assinala FURTADO (2004: 61).



Segundo os relatos, contribuiu para o declínio das atividades a falta de lideranças que articulem a formação de puxiruns e adjutórios. Tais práticas seriam fruto de uma união de esforços coordenados, mas, que nos dias atuais não encontram quem se interesse por estruturar a manutenção dessa prática cultural de forma contínua. Todavia, alguns trabalhos ainda são feitos de forma coletiva, como a “limpeza do canal” na comunidade da Boa Nova – última comunidade no Lago Sapucuá (rio acima), tarefa de vital importância para toda a comunidade, na medida em que só há um adequado escoamento das águas no período de vazante do rio após este trabalho que se realiza todos os anos, em uma dinâmica de articulação e cooperação dos comunitários.

A ampliação das atividades da ACOMTAGS pode favorecer o fortalecimento das práticas dos comunitários, com a possibilidade de organizá-los e aproximar seus vínculos de solidariedade e ajuda mútua<sup>2</sup>. Fundamental, então, é se ter o próprio robustecimento da associação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem da Amazônia como um território colossal de proporções intocadas vem perdendo cada vez mais espaço e estudos têm apontado na direção de uma desmistificação das chamadas ‘áreas intocadas’. Na lógica deste raciocínio, tem-se frisado a importância que possuem os ‘povos tradicionais’ na conservação de sua espécie e na biodiversidade dos lugares que habitam.

Os saberes tradicionais radicalizam a interface da relação homem-natureza, levando-a ao imaginário das representações e crenças mitológicas, fazendo com que determinados ciclos/fatos da natureza sejam associados a explicações mítico/religiosas. A natureza é animalizada, ao mesmo tempo em que o homem é amorfozeado para contornos animais. Estas narrativas, nas quais aparecem seres e acontecimentos imaginários, são traçadas para simbolizar forças da natureza, aspectos do dia a dia das comunidades e de uma maneira geral para construir interdições no mundo real dos homens – geralmente, no sentido de “proteger a natureza do mundo dos homens ou de engendrar relações amorosas do homem com a natureza” (WITKOSKI, 2010: 127).

Esta relação homem-natureza de forma harmônica e simbiótica deve ser privilegiada como resposta a desmedida ambição de se explorar os recursos naturais, notadamente na questão em tela, os recursos amazônicos. O adequado desenvolvimento da Amazônia perpassa pela diminuição dos custos sociais e ecológicos da exploração desses recursos. Quando se fala em um desenvolvimento sustentável na Amazônia, o foco não seria a exploração e domínio da natureza pelo homem, mas, a vinculação do homem à natureza, o que os saberes tradicionais parecem preconizar.

As várias configurações sociais concebidas por populações específicas que não se amoldam nesta configuração legal-estatal prevalente devem comportar um olhar mais cuidadoso e peculiar, permitindo o surgimento de novas nuances e contornos para a própria noção do direito real de propriedade. Coletivizar o direito de propriedade significa pulverizar sua dimensão de aplicabilidade, traz em si o significado da dinamização dos conceitos, inovando o próprio arcabouço etimológico do termo que o define pela titularidade de um bem específico a um sujeito determinado.

---

<sup>2</sup> Na concepção de Émile Durkheim, o fenômeno da modernidade no bojo do capitalismo, acarreta como consequência a fragmentação da solidariedade arcaica, “mecânica” – uma vez que nesta não é possível a configuração de um individualismo, cada um sendo parte da cosmogonia grupal – e dando ênfase ao egoísmo individualista. Este, por sua vez, implica na necessidade de criar estruturas compensatórias, solidariedades orgânicas, que se estruturariam, no âmbito do capitalismo, através da divisão social do trabalho. Nesse sentido, associações como as que embassam o PEAX Sapucuá-Trombetas permitiriam retomadas cosmogônicas, capazes de estruturar os panos-de-fundo identitários (DURKHEIM, 1995).

Na visão de Acserald e Leroy, a própria condição para que o debate ambiental participe na geração de modelos alternativos de desenvolvimento é a pluralidade de conhecimento, o que demanda a inclusão de grupos que integram relações peculiares com a diversidade de configurações geofísicas e bióticas dos territórios. O Projeto Brasil Sustentável e Democrático, articulado por esses autores, tem a marca de que a apropriação democrática do debate ambiental implica subtraí-lo à lógica trivial que procura expandir a eficiência econômica a todas as esferas da existência social no planeta. E assim, nesta esteira, a questão ambiental não seria parte do processo de “economização” do planeta, mas uma ampliação do ideal de justiça (ACSERALD, 2003: 37).

No Sapucaá, as leituras do modo de vida e dos contornos associativos praticados pelos ribeirinhos nos levam a retomar as diversas facetas do local: o arcaico, o pré-capitalismo, os limites da terra, as práticas de vida, caracterizando o estabelecimento das relações comunitárias, com base na ideia de tradicionalidade e uma vivência comum. Ao mesmo tempo, este quadro é confrontado com as ações externas e impactantes do local em uma moldura interacional complexa que perpassa novos atores sociais na área (os fazendeiros, os posseiros individuais, os agentes políticos, a mineração, entre outros). Essa conflituosa e contínua luta de interesses pode atuar como vetor de um processo de transformação sistemática a ensejar a passagem para relações proletarizantes, acarretando a redução das práticas coletivas e a diminuição dos vínculos de solidariedade entre os comunitários.

Os territórios não são isolados em si mesmos, as influências e os impactos traduzidos pelo exercício de poder implicam em uma configuração sócio-temporal, contudo, em um projeto agroextrativista, a perda do uso comum da terra e demais bens naturais, pode significar seu próprio desaparecimento, sua absorção, de um ou outro modo, à sociedade dominante.

Não podemos nos contentar com esta leitura tímida, simplista e pouco audaciosa, que remete a um processo linear e catastrófico para as comunidades, ensejador do fim do modelo associativo coletivo. A marca que permeou todo este trabalho e deve estar bem acesa em seus contornos finais é o destaque para a criatividade construtiva da comunidade na formação dinâmica do seu território. A diversidade e a criatividade humana são inesgotáveis. Enquanto espaço humano, todo território permanece em constante mudança e os comunitários do PEAEX Sapucaá Trombetas são sujeitos de sua própria história e traçadores das linhas de seus caminhos, apesar de e contra todas as tentativas de aprisionamento de suas vidas, de limitação de sua atuação e do aniquilamento de seus modos de vida.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSERALD, Henri; LEROY, Jean Pierre. *Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase 2, 2003.
- ALLEGRETTI, Mary. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al (org). *O Destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.
- ANGUERA, María Teresa. *Metodologia de la Observacion en las Ciencias Humanas*. Madrid: Cátedra, 1989.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”*. In: *Conflitos ambientais no Brasil* / Organizador Henri Acserald. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Fundação Heinrich Böll, 2004.
- CALDEIRA, Clovis. *Mutirão: Formas de Ajuda Mútua no Meio Rural*. São Paulo: Nacional, 1956.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

- CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. *Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações em Áreas Úmidas Brasileiras – USP, s/d.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana / MOREIRA, André de Castro C. (organizadores). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DURKHEIM, Émile. *Divisão social do trabalho*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia*. In: ACSERALD, Henri (organizador). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Fundação Heinrich Böll, 2004.
- GONÇALVES, Carlos Valter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité. In : *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 21, n. 53-54, 1997.
- RODRIGUES, Barbosa. Poranduba amazonense. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XIV, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1963.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: Educ, 1999.
- THIÉBLOT, Marcel Jules. *Rondônia: um folclore de luta*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- WITKOSKI, Antonio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho*. São Paulo: Annablume, 2010.